

Estudo Técnico Preliminar 2/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 47648.001374/2021-33

2. VIGILÂNCIA DESARMADA PARA CRSU PARA 2022

Abertura de processo para contratação de vigilância desarmada para a antiga sede do CRSU, tendo em vista o término do contrato da atual empresa, a qual não pretende renovar o contrato, com término em 18.01.2022.

3. Descrição da necessidade

A contratação do serviço de vigilância patrimonial justifica-se em face da necessidade de garantir a segurança das instalações do edifício que abrigam a antiga unidade do CRSU, a fim de resguardar seu patrimônio até que seja finalizado o processo de desfazimento de bens, e não foi concluída a cessão para a FUNAI.. Tendo em vista que o atual contrato de vigilância encontra-se em fase de finalização, e não há pretensão na renovação do contrato, por parte da empresa Triângulo.

Torna-se necessário o planejamento de nova contratação a fim de assegurar a proteção do patrimônio da antiga sede do CRSU, localizada na Rua Silva Jardim, 213 - Prainha - Florianópolis -SC.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CRSU	Gustavo dos Santos Henschel
CRSU	Raquel Orlando de Almeida

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos Gerais sobre a Forma e Execução da Contratação:

4.1.1. O Contrato a ser celebrado trata de um Serviço de natureza continuada e terá vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente.

4.1.2. O prazo de vigência do contrato, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, poderá, por mútuo acordo entre as partes, ser prorrogado com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II do Art.57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses.

4.1.3.Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério da FUNDACENTRO

4.1.4.As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitos às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

4.1.5.O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços

4.1.6.As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento. As licitantes deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação:

4.1.7.Declaração, conforme modelo anexo a este certame, de que a empresa vistoriou, por intermédio de seu representante, os locais e instalações da prestação dos serviços, tendo pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação de sua proposta de preços, não sendo admitidas, em

hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.1.8.Caso a licitante opte por prescindir da realização de vistoria dos locais e instalações da prestação de serviços, deverá encaminhar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração assinada e com firma reconhecida em cartório, declarando, sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por esse fato e não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros sobre as condições técnicas ou financeiras com o órgão licitante.

4.1.9.A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões 4.e se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

4.1.10. O local de prestação do serviço:

a)Antiga sede do CRSU: Rua Silva Jardim, 213 – Prainha – Florianópolis / SC (imóvel da FUNDACENTRO).

4.1.11.O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

4.1.12.Na avaliação da prestação dos serviços será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela Administração da CONTRATANTE, onde será atribuída pontuação de 0 a 10 para cada fator avaliado, cujo resultado da avaliação será obtido pela média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 7 a 10 pontos; REGULAR para o resultado de 4 a 6,9 pontos e RUIM abaixo de quatro pontos.

4.1.13.Na primeira avaliação que resultar conceito REGULAR a contratada será advertida por escrito pela autoridade competente do CONTRATANTE. A reincidência de avaliação com resultado REGULAR, consecutiva ou intercalada, ou a avaliação com conceito RUIM, ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal, correspondente ao mês de prestação do serviço. A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, ensejará a rescisão do Contrato, sem prejuízo das da aplicação das demais sanções administrativas previstas.

4.2 Requisitos sobre a Empresa Prestadora do Serviço Objeto desta Contratação:

4.2.1.As empresas de vigilância, para operarem nos Estados, Territórios e Distrito Federal, deverão observar o disposto no art. 14 da Lei nº 7.102/83. São requisitos essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83;

II - Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

4.2.2.Caberá ao Ministério da Justiça, por intermédio de seu órgão competente ou mediante convênio com as respectivas Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, as seguintes competências, entre outras:

a)Conceder autorização para o funcionamento das empresas especializadas em vigilância;

b)Fiscalizar as empresas e os cursos de formação de vigilantes;

c)Aplicar às empresas e aos cursos as penalidades previstas na Lei nº 7.102/83;

d)Fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada Unidade da Federação;

e)Fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes.

4.2.3.Os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 12 da Lei nº 7.102/83).

4.2.4.O Departamento de Polícia Federal é o órgão competente do Ministério da Justiça responsável por autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança (art. 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983).

4.2.5.A Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, estabelece os procedimentos e os documentos necessários do processo de autorização de funcionamento das empresas do setor.

4.2.6.As autorizações de funcionamento devem ser revistas anualmente em processos autônomos (vide Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF).

4.2.7.A empresa deverá apresentar comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2.8.Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.2.9.Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

4.2.10.Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.2..11. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.2.12..O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.3 Requisitos do profissional de Vigilância Patrimonial

4.3.1.Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83:

4.3.1.1.Ser brasileiro;

4.3.1.2.Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

4.3.1.3.Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

4.3.1.4.Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;

4.3.1.5. Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental;

4.3.1.6 Não ter antecedentes criminais registrados;

4.3.1.7.Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

4.3.2 Será assegurado ao vigilante:

4.3.2.1.Uniforme especial a expensas da empresa a que se vincular;

4.3.2.2.Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

4.4. Requisitos sobre critérios de sustentabilidade:

4.4.1.A presente contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis.

4.4.2.A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços.

4.4.3.Para tanto, os dirigentes e a equipe que prestarão o serviço deverão ser instruídos sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos.

4.5 Outros requisitos relevantes a serem incluídos no Termo de Referência e/ou na Minuta de Contrato:

4.5.1.Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Acordo de Nível de Serviço (ANS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

4.5.2.A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

4.5.3.É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência.

4.5.4.São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

4.5.5.É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.

4.5.6 É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

4.5.7.É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

4.5.8.A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

4.5.9.A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.5.10 A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

4.5.11.Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

4.5.12. A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

4.5.12 A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

4.5.13. A fiscalização da execução dos serviços, tanto operacional quanto a administrativa será realizada desta forma: Fiscalização operacional e administrativa será realizada pelo CRSU.

4.5.14 A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

4.5.15 O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades previstas .

6. Levantamento de Mercado

5.1.Entende-se por setor de segurança: empresas de segurança privada, perícia, segurança empresarial, segurança patrimonial, transporte de valores e artigos de monitoramento: alarmes, câmeras, bloqueadores, monitoramento online, detectores de movimento, cercas elétricas e etc..

5.2.Atualmente no Brasil, segundo dados da FENAVIST, existem cerca de 3.400 empresas de segurança registradas de todos os portes. Este mercado encontra-se em expansão.

5.3.Há também uma grande busca por parte destas empresas pela inovação e investimento em tecnologias para automação de soluções de vigilância, bem como automação de processos administrativos para redução de custos.

5.4.No campo regulamentar, algumas mudanças estão tomando curso, como a reformulação de algumas políticas de vigilância e segurança patrimonial. O novo Estatuto da Segurança Privada é um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados no final de 2016 que normatiza a atuação das empresas de segurança privada e de transporte de valores, traz também algumas novas conceituações e exigências, ao definir tipos de serviços que podem ser prestados e capital mínimo para obtenção da autorização de funcionamento. Após a publicação como lei, as empresas de segurança privada terão três anos para se adaptar às regulamentações.

5.5.A contratação pretendida alinhada à política que o Governo Federal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, busca atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

5.6. A contratação da execução, indireta, das atividades de vigilância, objeto desta demanda, tem suporte no § 1º, art. 1º do Dec. 2.271/1997, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.7. A contratação de serviços de vigilância é de natureza comum nos órgãos federais, estaduais e municipais, onde as empresas possuem diversas características (empresas de grande porte, microempresas, etc), não sendo feito, portanto, um levantamento específico nestes estudos preliminares das empresas que atuam nesta prestação de serviços.

7. Descrição da solução como um todo

6.1.Descrição do Posto de Vigilância Desarmada Patrimonial:

6.1.1.Os Postos de Vigilância a serem contratados adotarão as seguintes escalas de trabalho:

- a)12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- b)12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

6.2.Para cada tipo de Posto de Vigilância, deverá ser apresentado pelos proponentes o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado conforme a planilha de custos e formação de preços.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Grupo 1

Item 1: Posto 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (12hx36h)

Quantidade: 01

Item 2: Posto 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (12hx36h)

Quantidade: 01

9. Estimativa do Valor da Contratação

Vigilância Patrimonial 12x36h diurno: R\$ **R\$15.943,96** (mensal) e R\$ **R\$191.327,51** (anual)

Vigilância Patrimonial 12x36h noturno: R\$ **14.992,77** (mensal) e R\$ **179.913,21** (anual)

Valor total: R\$ 30.486,73 (mensal) e R\$ 371.240,72(anual)

Os valores médios foram retirados do site Painel de Preços.gov.br, em 02.09.2021.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1.A licitação apresentará um grupo com dois itens. Os serviços prestados estão listados no item 6. O regime será de empreitada por menor preço global.

9.2.Para a adequada execução dos serviços ora contratados, é fundamental que esteja assegurada a unidade conceitual de todas as etapas que podem ser percebidas como projetos isolados e individuais que, entretanto no conjunto compõem um todo uno e indivisível, entrelaçado com coerência operacional e tecnológica, direcionado para os resultados esperados.

9.3.A prestação dos serviços por uma única empresa possibilita o conhecimento otimizado do ambiente da FUNDACENTRO, onde se presume que o fornecimento do serviço será mais célere, econômico, com menor risco e melhor qualidade para a Instituição.

9.4. A visão administrativa do segmento de vigilância nos mostra que a necessidade de comprovação de capacidade operacional e técnica em vários itens determinam a existência da interdependência entre os mesmos e a improcedência do parcelamento, tal como no caso presente.

9.5. Este modelo se faz necessário e imperativo, na medida em que os serviços a serem executados mantêm uma intra e inter-relação, razão pela qual devem ser mantidos o mesmo controle e supervisão.

9.6.Adicionalmente, destacam-se outros ganhos de ordem técnica e operacional decorrentes da adoção de um processo único para

a prestação dos serviços contratados que envolvem atividades interconectadas.

9.7.Nesse aspecto, justifica-se também a opção de contratação dos serviços em um lote único pelos mesmos princípios administrativos da confiabilidade e conveniência técnica na contratação, pois havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a restrição à inclusão de uma terceira pessoa no processo mostra-se mais adequada.

9.8.Pela mesma razão, a inserção de uma terceira pessoa na relação entre os órgãos e a licitante vencedora deste processo dispersaria a visão de motivos e finalidade, colocando em risco a qualidade dos serviços contratados. O modelo proposto de contratação representa a gestão integrada sem divisão de responsabilidades, inibindo conflitos, sobreposição de atividades e a diluição do comprometimento com o todo do processo.

9.9.Pela ótica do gerenciamento, é imperativo que uma única empresa tenha sobre si a responsabilidade dos procedimentos em execução, bem como demonstre deter conhecimento simultâneo dos itens contratados, para que possa responder pelos resultados que lhe serão exigidos nos Níveis de Serviço.

9.10.Sob o ponto de vista econômico a contratação única evita ônus administrativos e burocráticos consequentes à contratação concomitante de mais de uma empresa prestadora de serviços, e gera economia de escala, tempo, ganhos de eficiência e maior compromisso da CONTRATADA.

9.11.O agrupamento de todos os itens para atendimento por um único licitante não só reduzirá consideravelmente os riscos de execução, como também irá permitir propostas mais consistentes e econômicas por parte dos licitantes, reduzindo os custos a serem apresentados.

9.12.O modelo promove a economicidade, na medida em que não serão absorvidos os custos consequentes à agregação de vários profissionais responsáveis por atividades técnicas e administrativas, tais como prepostos, gestores ou supervisores técnicos. Caso isto ocorresse representaria a multiplicação destas despesas por tantos quantos fossem os contratos firmados.

9.13.Os profissionais devem ser reunidos e orientados por uma única gestão técnica, centralizada, por profissional com comprovada vivência, senso crítico, visão de integração das atividades, de causa e efeito de seus resultados, com disponibilidade imediata para tomar decisões técnicas, norteado pelas ações de desenvolvimento e implementação de projetos.

9.14.As justificativas relacionadas acima atendem ao disposto na legislação, especificamente quanto à comprovação do inter-relacionamento operacional e técnico entre os serviços contratados, da necessidade de gerenciamento centralizado, além de implicar em vantagem e economicidade para a Administração, portanto a comprovação e os fundamentos apresentados corroboram a licitação deste TR em lote único para os serviços planejados para a antiga sede do CRSU.

9.15.Por todos os argumentos apresentados, é requisito primordial que a contratação para os serviços demandados à antiga sede do CRSU ocorra com uma única licitante vencedora.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As duas últimas contratações foram realizadas com a empresa Sul Brasil e Triângulo, as quais desempenharam bem as atividades, garantindo a segurança patrimonial e dos servidores, colaboradores e usuários da antiga sede do CRSU.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Há alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, incluído na previsão no Plano Anual de Contratações.

13. Resultados Pretendidos

Considera esta Equipe de Planejamento que é dever o Gestor Público promover a segurança dos bens patrimoniais da antiga sede do CRSU.

Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos na FUNDACENTRO para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes;

Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura dos serviços realizados;

O resultado pretendido é dessa forma, a prestação do serviço de segurança, respeitando-se o princípio da economicidade através do planejamento sistemático baseado no melhor aproveitamento e integração das soluções disponíveis, evitando o desperdício de recursos.

14. Providências a serem Adotadas

13.1.No específico desta contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente desta FUNDACENTRO.

13.2. Além disso, dado a natureza desta contratação ser um serviço contínuo com a utilização de mão de obra regida por uma série de especificidades trabalhistas, consideramos que os fiscais responsáveis pela gestão deste contrato passem por um treinamento específico sobre fiscalização de serviços de Vigilância com base na IN nº 05/2017.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados possíveis impactos ambientais.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Conclui-se pela viabilidade do objeto deste ETP, uma vez que, todos os itens, foram devidamente contemplados.

17. Responsáveis

Aprovo o presente ETP.

GUSTAVO DOS SANTOS HENSCHER

Analista em Ciência e Tecnologia

Aprovo o presente ETP.

RAQUEL ORLANDO DE ALMEIDA

Assistente em Ciência e Tecnologia